

A DEMOCRACIA NO MÉXICO

Diego Jorge Alvarado Pacheco
djorgealvarado57@gmail.com

RESUMO: O México nem sempre foi uma democracia. Durante a maior parte de sua história, o sistema político mexicano exerceu algum tipo de autoritarismo. Atualmente, o governo tenta novamente sufocar a democracia. Diante dessa situação, surge o questionamento social: que ações podemos realizar para voltar a retomar o caminho da democracia? A Igreja está se movendo, mas com lentidão. Será que isso tem a ver com a missão ad gentes? A missão é a vida do Evangelho no aqui e agora.

ABSTRACT: Mexico has not always been a democracy. For most of its history, the Mexican political system exercised some form of authoritarianism. Today, the government is again trying to stifle democracy. Faced with this situation, the social questioning arises: what actions can we take to return to the path of democracy? The Church is moving, but slowly. Does this have anything to do with the mission ad gentes? Mission is the life of the Gospel in the here and now.

A democracia no México tem uma história tempestuosa e confusa: diante dos fatos históricos, não pode ser negada a realidade. Pode-se duvidar se a democracia existiu no México. Tem existido lutas para conseguir a democracia. Durante a maior parte do século XX, desde a Revolução e até meados da década de 1990, o México teve uma ditadura de um partido.

O CONCEITO

Dentro da infinidade de definições de “democracia” é necessário ter em conta o pensamento e a reação do povo. Alain Touraine tem razão em dizer: “a democracia nunca se reduz a alguns procedimentos ou mesmo a algumas instituições; é a força social e política que se empenha para transformar o Estado de Direito em um sentido que corresponda aos interesses dos do-

minados, enquanto o formalismo jurídico e político o utiliza em um sentido oposto, oligárquico, fechando o caminho do poder político para as demandas sociais que colocam em risco o poder dos grupos dirigentes” (TOURAINÉ, 2000, p. 46). Nesse sentido, trabalhamos para uma instituição, para um grupo, tirando todo o interesse pelo povo.

A HISTÓRIA

Após a década da Revolução Mexicana, a democracia tornou-se monopólio do Partido que se autoneomeou “o triunfador”. Esse grupo estabeleceu um férreo controle sobre o exercício do poder. Vamos lembrar algumas datas:

1. Foi fundado como o Partido Nacional Revolucionário (PNR) em 1929.
2. Mais tarde, mudou seu nome para Partido da Revolução Mexicana (PRM) em 1938.
3. Tornou-se o Partido Revolucionário Institucional (PRI) em 1946.

O PRI dominou o sistema político mexicano por mais de 70 anos. Realmente neste tempo tornou-se uma espécie de regime político, chamado de ditadura perfeita. O país estava dominado em todos os seus âmbitos: municipal, estadual e federal. Exerceu seu poder nos controles da vida política, econômica, social e educativa, favorecendo e controlando as mesmas eleições, pagando favores.

É claro que nem toda a sociedade mexicana concordava em viver em uma ditadura. Isso deu origem a diferentes movimentos e sinais de rejeição do sistema: por exemplo, a guerrilha, o movimento ferroviário de 1958-1959, o movimento dos médicos de 1964-65 e o movimento estudantil de 1968. Os movimentos de protesto, as limitações das políticas econômicas e o enfraquecimento do regime acabaram levando à liberalização e à transição democrática.

Nesse sentido, não se pode falar de uma democracia, e sim de mudanças políticas, baseadas em reformas eleitorais. Em 1976 o partido oficial nomeou o seu candidato, sendo o único na disputa, os outros partidos retiraram-se quando viram que tinha sido nomeado o futuro vencedor. Diante dessa situação, o partido do regime decidiu implementar uma reforma que abrisse mais espaços e gerasse condições para que outros partidos quisessem participar. Esta reforma reconheceu os partidos políticos como entidades de interesse público, facilitou a criação e o registo de novos partidos e deu-lhes tempo no rádio e na televisão. Em 1988, a crise causada pelo colapso do sistema eleitoral levou a uma nova reforma. A reforma eleitoral de 1990 criou o Instituto Federal Eleitoral (IFE) como um órgão formalmente independente do governo, embora ainda sujeito a algum controle pelo Ministério de Governo.

No final do século XX a alternância federal foi alcançada com as eleições de 2000, quando Vicente Fox do Partido de Ação Nacional (PAN) ganhou a presidência da República.

A última reforma eleitoral ocorreu em 2014. Com esta, desapareceu no IFE e foi criado, em seu lugar, o Instituto Nacional Eleitoral (INE). A mudança foi, naturalmente, mais profunda do que apenas uma letra na sigla. A transição de “federal” para “nacional” fez com que agora o INE esteja envolvido não só na organização de eleições federais (Presidente, deputados e senadores), mas também de eleições locais (governadores, legislaturas locais e integrantes das câmaras municipais).

Através das reformas eleitorais no México, construímos autoridades importantes, de grande qualidade, que se tornaram árbitros das disputas eleitorais e que são um exemplo para o mundo sobre como as eleições devem ser organizadas. O INE é reconhecido pela comunidade internacional como o pilar da democracia mexicana, modelo de organização e trabalho desenvolvido pelo Instituto, é um dos modelos a seguir para os países que querem melhorar a qualidade de suas eleições.

Resumindo

México nem sempre foi uma democracia. De fato, durante a maior parte de sua história, o sistema político mexicano exerceu algum tipo de autoritarismo.

Os momentos-chave da mudança política no México foram as reformas eleitorais de 1977, 1990 e 1996.

O processo de mudança para um sistema político competitivo foi longo, focado em grande parte em transformações destinadas a garantir que as instituições fossem capazes de organizar eleições livres e justas e que garantissem resultados reconhecidos pela sociedade e pelos atores políticos.

A transição mexicana aconteceu por meio de reformas eleitorais e da celebração dos comícios, buscando gerar confiança entre os cidadãos.

A REALIDADE

Durante a administração de Andrés Manuel López Obrador (AMLO) houve um claro retrocesso, com a reforma aprovada em dezembro de 2022 pelo senado, marcada especialmente com o corte orçamentário para o Instituto Nacional Eleitoral (INE). Isso impediu a possibilidade de acompanhar as mesas de voto em todo o país, uma vez que foram dispensados mais de cinco mil trabalhadores e capacitadores do Instituto. A democracia tornou-se uma ditadura de uma pessoa só. O México está nas mãos de um ditador ao estilo daquele partido hegemônico dos anos 20, 30, 40 e 50. Controlador de favores, escondendo e mentindo, dando e tirando, desaparecendo e procurando culpados, com um rancor feroz contra seus inimigos.

É quase impossível falar de democracia no México quando se está morrendo na frente da cidadania; é quase hipócrita falar de Democracia Mexicana, quando a democracia nasce da palavra “povo”. O atual governo, à custa do impossível, tenta sufocar a democracia.

A REAÇÃO DA SOCIEDADE

Os cidadãos querem dizer ao Supremo Tribunal de Justiça da Nação que as reformas eleitorais recentemente aprovadas em fevereiro passado, também chamadas de Plano B, afetam e contradizem o que estabelece a Constituição.

Sabemos que os simples cidadãos não têm a faculdade de apresentar ações de inconstitucionalidade, mas podem expressar sua opinião de forma voluntária e por escrito, para que seja tido em conta pelos ministros ao decidir se estas leis são constitucionais ou não. O escrito que contém a opinião dos cidadãos é chamado de *amicus curiae* (amigos do tribunal) e é muito valioso porque busca colaborar com a resolução da sentença.

O conteúdo desse documento contém basicamente os seguintes argumentos:

1. Mudaram as regras dos processos eleitorais pelo grupo que detém o poder, sem escutar a cidadania, as organizações da sociedade civil, os povos e as comunidades indígenas, os grupos vulneráveis, os órgãos técnicos, os trabalhadores de órgãos técnicos e sem escutar os partidos de oposição que são os outros contendores nos processos.
2. O Plano B viola o direito da cidadania à renovação de poderes através de eleições livres, autênticas e confiáveis, uma vez que altera a estrutura operacional do INE, reduzindo-a em 85%, o que afeta diretamente a eficácia do Instituto em integrar e instalar mais de 160 mil mesas de voto e apuração dos votos de forma precisa e oportuna.
3. Se restringe a capacidade sancionatória e regulatória das autoridades eleitorais: faz com que não existam condições de equidade na disputa eleitoral.
4. Se enfraquece a autonomia do INE, que não poderá exercer as suas faculdades em benefício da proteção dos direitos político-eleitorais da cidadania. Agora terá que depender da Câmara dos Deputados para a questão orçamentária, do Mi-

- nistério das Relações Exteriores para a construção do padrão eleitoral, e das autoridades federais, estaduais e municipais para a localização de seus módulos assistenciais.
5. Muda-se o modelo de comunicação política, permitindo que os atores governamentais façam uso dos recursos públicos em seu benefício, gerando condições desiguais na participação eleitoral.
 6. Geram-se condições que violam diretamente os direitos à identidade, informação, proteção de dados pessoais da cidadania.
 7. Põe-se em risco o exercício do voto universal, livre, direto e secreto das mexicanas e dos mexicanos.
 8. Modifica-se o sistema de meios de defesa em matéria eleitoral, afetando diretamente o direito à efetiva proteção jurisdicional da cidadania.

REAÇÃO: IGREJA — OPOSIÇÃO

Diante dessa situação, surge o questionamento social: o que nos espera com este governo? Que ações podemos realizar para voltar a retomar o caminho da democracia? As ações não demoraram a chegar: marchas pacíficas, escritos de dissidência, mídia insatisfeita, jornalistas e pensadores expressando seus sentimentos e muito mais.

Uma opção é apresentada como princípio de esperança: o Movimento “Humanismo e Democracia em Ação”, uma organização comprometida com a democracia, o humanismo, as liberdades, o Estado de Direito e os cidadãos a caminho do bem comum, pediu o resgate da identidade do PAN como instrumento de cidadania.

O Supremo Tribunal de Justiça da Nação, durante a semana de 21 a 24 de março de 2023, entregou ao INE uma ordem de suspensão provisória para todos e cada um dos artigos do Pla-

no B: uma ação que provocou uma reação furiosa do Executivo, foi tomada como um fato em favor dos “conservadores”. Assim, mesmo agora a luta continua para manter a democracia em um país que está tentando sobreviver a uma nova ditadura.

É verdade que a Igreja está fazendo seu trabalho, tem seus programas e reações, mas há uma lentidão em sua ação. Transcrevo a notícia do jornal *El País* do mês de março de 2023, onde aparece a seguinte declaração de Ramón Castro, secretário-geral da Conferência do Episcopado Mexicano (CEM):

Diante da controvérsia que foi gerada pela proposta de reforma eleitoral que está sendo discutida no Congresso da União, dentro do chamado ‘Plano B’, os bispos do México expressam sua preocupação com várias indicações que foram feitas sobre irregularidades no processo legislativo e sobre o conteúdo de modificações em várias leis eleitorais, pela importância das instituições responsáveis por processos eleitorais como o INE e pelo direito dos cidadãos a garantirem a realização de eleições livres e justas. Como Igreja no México, destacamos a democracia várias vezes, como um sinal indiscutível dos tempos, como uma das formas mais apropriadas de melhorar e fortalecer as instituições cívicas e políticas que zelam pela liberdade, pelos direitos humanos e pela justiça, e que promovem o bem-estar e o desenvolvimento da comunidade por seu caráter participativo e representativo.

REFLEXÃO

Uma inquietação com o futuro e o trabalho do leigo diante do que é vivido, é seguir trabalhando na consciência social, continuar evangelizando, valorizando a vida a luz do Evangelho. Mas será que isso pode ser considerado missão *ad gentes*? A missão é a vida do Evangelho no aqui e agora, no trabalho, na rua, na família, na escola. Eis a Missão! *Ad gentes* é testemunho de vida na situação que temos que viver: é realmente necessário ir para outro país para chamá-la de missão *ad gentes*? Certamente não!

A democracia e a evangelização nascem na família, na escola e na sociedade, dentro de um processo de maturação. O México

sempre foi um país de esperança, de confiança e, acima de tudo, de fé e obediência. Nestes momentos de angústia para manter a liberdade e a democracia, o povo do México anseia que a nossa Igreja se pronuncie, fale, reaja, não tenha medo.

A situação da democracia no México é muito delicada,

Sim, a Igreja somos todos nós: mas os líderes não falam o suficiente. A Igreja, de fato, não tomou posição: a Igreja tem medo? A partir de seu conforto é muito fácil ser aliado do poder.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

TOURAINÉ, Alain. **¿Qué es la democracia?** Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2000.